

MULHERES, POLÍTICA E DEMOCRACIA

uma discussão interseccional sobre a presença feminina nos espaços de poder na América Latina

Mariana De Mattia Rocha[1]

Luiza Aikawa[2]

Viviane Coelho Moreira[3]

> Resumo expandido

A sub-representação política feminina atesta o quanto a democracia está em dívida para com as mulheres brasileiras e latino-americanas. Nesse sentido, estabelecer debates centralizados sobre essa temática torna-se crucial para a construção de sociedades justas e democráticas, alicerçadas pela efetiva participação e representação de pessoas e grupos que a constituem, reforçando a importância de sua pluralidade. A literatura feminista têm contribuído nas análises acerca da histórica sub-representação de mulheres na esfera política, por meio do debate sobre a falsa dicotomia das esferas pública e privada.

A institucionalização dos papéis de gênero na sociedade opera por meio da divisão sexual do trabalho e, naturalmente, a atuação política não está isenta desta influência. O arranjo, socialmente reproduzido, determina que o trabalho reprodutivo (mal ou não remunerado), vinculado ao espaço doméstico e de cuidado familiar, seja entendido compulsoriamente como designado às mulheres. Ao mesmo tempo, o trabalho produtivo (remunerado), vinculado ao espaço público, é, tradicionalmente, atribuído aos homens. Assim, o fato de uma atividade ser considerada masculina não significa necessariamente uma total exclusão de mulheres dessa esfera, mas uma tendência de que elas tenham maiores custos e limitações em sua participação.

De acordo com a União Interparlamentar (2024), a proporção de mulheres em parlamentos nacionais estava em apenas 27%, enquanto as Américas continuavam sendo a região com maior representação média, contando com 35% de mulheres parlamentares eleitas. Mas, na contramão desses dados, está o Brasil, que tem, na Câmara dos Deputados, apenas 17,5% de parlamentares mulheres, ocupando o 132º lugar no ranking IPU Global e o 22º lugar no ranking IPU das Américas, entre apenas 24 países. A literatura sobre gênero, raça e política nos sugere que um dos efeitos das barreiras à ambição política de mulheres é de que aquelas que alcançam a eleição são hiper qualificadas quando comparadas aos homens eleitos. Considerando estruturas sociais que impõem papéis de gênero e raça socialmente determinados, entre as consequências, está a limitação de autoestima e autoconfiança das possíveis candidatas, do apoio que recebem dos integrantes de seus núcleos familiares e de recursos econômicos disponibilizados a elas.

A democracia representativa está marcada pela superioridade numérica de homens brancos nas instâncias políticas - como no Legislativo - e, conseqüentemente, em uma concentração de poder nas decisões políticas, em detrimento da sub-representação (senão, exclusão) de mulheres e pessoas negras desses espaços. Segundo dados do Senado (2022), 72% dos(as) candidatos(as) eleitos(as) são brancos e 82% são homens.

A essa realidade, soma-se a precariedade de acesso a direitos das mulheres e das populações negras, sobretudo das mulheres negras, que vivenciam as condições mais extremas de vulnerabilidade social devido às interconexões de uma matriz formada por opressões racistas, classistas e sexistas.

O desnivelamento entre o número de mulheres negras e a porcentagem de parlamentares negras é de proporções abissais no Brasil. De acordo com dados do último censo demográfico (IBGE, 2022)⁵, o país é composto por 56,1% de pessoas negras (pretas e pardas), sendo quase 28% da população feminina e negra (preta e parda). Das 594 cadeiras do Congresso Nacional⁶ (incluindo a Câmara dos Deputados e o Senado), apenas 2,36% das parlamentares se autodeclararam pretas e pardas. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), das 77 cadeiras, apenas 11,68% são ocupadas por mulheres, sendo 3,89% por mulheres negras⁷. Apesar do crescimento para 7% do total de deputados estaduais em 2023⁸, a persistente sub-representação feminina e negra por si só dimensiona o quanto a realidade populacional brasileira não se encontra proporcionalmente representada nas esferas legislativas.

Nesse cenário, torna-se fundamental uma melhor compreensão a respeito de como atuam os marcadores sociais da diferença sob uma análise interseccional referente à presença das mulheres nos espaços de poder. Tanto nas instituições de ensino, quanto na sociedade como um todo, os paradigmas para se compreender e explicar esse fenômeno estão em constante disputa. Dessa forma, esse processo potencializa também as transformações das e nas próprias ciências, a partir do debate e da apresentação dos diversos mecanismos de opressão e exclusão de mulheres da vida pública e do debate político, bem como auxilia no desenvolvimento de estratégias para superá-los. A partir de diferentes e novas epistemologias, referências e olhares, pode-se compreender melhor o mundo em que vivemos e, assim, atuar sobre ele.

O Grupo de Trabalho ora proposto busca abordar, portanto, não apenas a representatividade feminina, mas também as interações complexas de gênero, raça, classe e sexualidade no campo das relações de poder. Espera-se que os trabalhos apresentados ofereçam análises e propostas para promover a inclusão e o empoderamento das mulheres na esfera política. A discussão sobre como superar os obstáculos enfrentados por mulheres na busca por espaços de poder é fundamental para uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a diversidade seja verdadeiramente valorizada.

Assim, pretende-se reunir trabalhos acadêmicos que busquem enriquecer essa discussão a partir de diferentes interpretações, abordagens, perspectivas teóricas e metodológicas, dando preferência para as construções de teóricas feministas e, entre essas, para as abordagens latino-americanas. Serão consideradas propostas que tratem da sub-representação feminina e da atuação de mulheres na política e nos mais diversos espaços de poder. São bem-vindos trabalhos que abordem os marcadores sociais de gênero e raça (entre outros) e os obstáculos vivenciados por esses sujeitos, em um perspectiva interseccional, seja em relação a partidos políticos, ciclos eleitorais, processos eleitorais, cotas e experiências parlamentares - em perspectiva locais, nacionais e internacionais, históricas ou contemporâneas.

O GT em tela origina-se das discussões e projetos de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/UFMG), que completa 40 anos de atividades em 2024.

[1] Mestra e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisadora de pós-graduação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/UFMG), maridematia@gmail.com; (<http://lattes.cnpq.br/9082942501160487>)

[2] Mestra em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisadora de pós-graduação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/UFMG), luiza.asr@gmail.com (<https://lattes.cnpq.br/2403564649269114>)

[3] Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisadora de pós-graduação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/UFMG), vcm.vivianecoelhomoreira@gmail.com; (<http://lattes.cnpq.br/3139522342913623>)